

OCUPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DAS DUAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO MARANHÃO

ROBERTO CÉSAR CUNHA¹

RESUMO

No processo de ocupação e colonização do Maranhão, houve duas entradas gerais, uma pelo litoral, a partir de São Luís, e outra pelo sertão Maranhense, que geraram duas formações socioespaciais diferentes devida à influência de fatores naturais, culturais e econômicos. No decorrer do desenvolvimento histórico essas duas formações alternaram entre si momentos de atraso e dinamismo econômico. O texto é objetivado na explicação das contribuições das duas entradas no desenvolvimento e na dinâmica geoeconômica do Maranhão.

Palavras-chave: Ocupação do Maranhão; Formação Socioespacial; Geoeconomia.

ABSTRACT

OCCUPATION AND DEVELOPMENT OF TWO SOCIO-SPATIAL FORMATIONS MARANHÃO

In Maranhão's occupation and colonization process, there were two general inputs, one along the coast, from São Luís, Maranhão and the other across its hinterland, both generated two different socio-spatial formations due to the influence of natural, cultural and economic factors. During the historical development of these two inputs alternated among themselves moments of delay and economic dynamism. The aim of this to explain the contributions of these two inputs in Maranhão's development and geo-economic dynamics.

Key words: Occupation of Maranhão; Socio-Spatial formation; Geo-economics.

INTRODUÇÃO

Dentro das combinações geográficas físicas, físicas-biológicas, físicas-biológicas-humanas (CHOLLEY, 1964) pode-se, sinteticamente, afirmar que o processo de ocupação e desenvolvimento do estado do Maranhão originou-se em duas macroentradas territoriais. A primeira entrada, na parte norte, deriva da concorrência comercial das monarquias feudais europeias, dada por São Luís, que logo transformou-se num entreposto comercial. Com estímulos da Coroa Portuguesa, o espraiamento da ocupação deu-se através da subida do vale do rio Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, adentrando a mata dos Cocais, e na mata de pré-amazônica. Com isso, originou uma estrutura socioespacial pautada em forças produtivas ligadas a agricultura, com relações de produção escravistas.

¹Geógrafo/UFMA, aluno de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia/UFSC
Membro do grupo de pesquisa “Formação Socioespacial: Progresso Técnico e Desenvolvimento Econômico”
credenciado ao CNPq. Este texto é parte integrante do projeto de pesquisa desenvolvido no CNPq, intitulado “A
Configuração Espacial do Comércio Exterior Brasileiro”.
Email: robertoujsma@hotmail.com

A segunda entrada, na parte sul, fugindo da seca, vindo principalmente da Bahia, sertanejos e vaqueiros vieram tocando gado em busca de pasto. Ultrapassaram o Rio Parnaíba e chegaram no cerrado. Região ideal para pecuária do gado crioulo. De fazenda em fazenda, foram ocupando todo sul do estado. A partir disso surgiu a uma estrutura socioespacial formada por forças produtivas apoiadas em atividades pecuárias e com relações sociais de esboço feudal.

Com o passar do tempo, tanto na Abertura dos Portos-Independência, na Abolição-República, na Revolução de 1930 como na fase depressiva do quarto Kondratiev, 1973, o Maranhão reagiu dialeticamente, entre atraso e dinamismo, através dessas duas entradas. Hoje a formação socioespacial norte tem como principais forças produtivas os grandes projetos minero-metalúrgico (Alumar e Vale) e a pequena produção agrícola. Entanto a formação socioespacial sul possui uma moderna agricultura (soja) onde predomina a grande produção em escala.

Nesse sentido, entender o desenvolvimento capitalista das duas formações socioespaciais do Maranhão, dentro dos marcos de seu processo de ocupação, é, especialmente, verificar quais foram as principais contribuições dessas entradas para a organização e a dinâmica geoeconômica maranhense. Para isso, utilizou-se a categoria de formação socioespacial² elaborada por Milton Santos (1977), além de Rangel (2005a) que trata da dualidade básica da economia brasileira. A metodologia de pesquisa foi de caráter qualitativo, quantitativo e exploratório, que envolveu levantamento bibliográfico e documental, entrevistas e coleta de dados.

Além desta introdução, o artigo contém mais quatro seções. A segunda seção analisa a origem das duas formações socioespaciais do Maranhão. A terceira seção salienta sobre o desenvolvimento e a integração precoce ao mercado das duas estruturas socioespaciais. A quarta seção apresenta as duas formações na esteira da industrialização brasileira. E por fim, quinta seção assinala as principais sínteses e considerações finais.

OCUPAÇÃO E GÊNESE DAS DUAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS DO MARANHÃO

Quando a América foi desvelada, o modo de produção na Europa era uma dualidade: internamente feudal e seu lado externo havia desenvolvido, homeopaticamente, o capital mercantil, que apresentou certo dinamismo. O mercantilismo europeu, ou precisamente o capital comercial português, foi o responsável direto pelo descobrimento do Brasil. A concorrência comercial foi a

² O conceito formação socioespacial é elaborado por Milton Santos (1977). Há, porém, uma falta de consenso em relação à escala geográfica. Santos indica que tal conceito deve ser compreendido em nível nacional. Para Armen Mamigonian (1965), o mesmo conceito pode ser aplicado na escala geográfica à nível de região. Este levou em consideração as contribuições dos clássicos do marxismo, como Lenin (1982) e Trotsky (1977) e Rangel (2005b), nas quais demonstraram que havia diferenças significativas nas forças produtivas e nas relações sociais de produção em seus países, dependendo da área geográfica analisada. Ou seja, no mesmo território nacional há peculiaridades na transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista ou socialista. No Brasil são nítidas essas diferenciações devido um conjunto de combinações naturais, culturais e econômicas.

mola propulsora das grandes navegações do século XVI. A colonização da América, de fato, era nada mais que as bases das relações centro-periferia, primeiramente feita pelos monarcas feudais e por grandes comerciantes europeus. Era a formação do comércio mundial³.

A intenção da colonização era apenas servir como agentes comerciais, funcionários e militares para defesa, simples feitorias para articulação entre os grandes capitais comerciais e reinos feudais. Mas, a ocupação do Brasil equatorial e tropical foi diferente do Mediterrâneo pelos italianos, da África e da Índia feita por Portugal. Essa região do Brasil era ocupada por populações cujas relações de produção era, fundamentalmente, comunista primitiva. Por isso surgiu a necessidade de uma nova forma de colonizar e organizar a produção, que vai além da simples circulação de mercadorias⁴.

A partir disso, o desejo da monarca feudal francesa Maria de Médici, que era reitora do rei menor Luís XIII, em fundar uma colônia no norte do Brasil (França Equinocial) fez Daniel de la Touche, senhor de *Ravardière*, organizar uma força de mar e guerra composta de 500 homens e 3 navios (VIVEIROS, 1954). Em 12/08/1612, após vencerem, habilmente, o boqueirão e a grande amplitude de maré (oito metros), chegaram à praia da grande ilha do Maranhão, um promontório encravado entre os rios Anil e Bacanga.

Os franceses se apropriaram da mão de obra dos índios Tupinambás, construíram algumas feitorias, um armazém e um forte de madeira, organizaram produção de vários gêneros. Porém, coube a Jerônimo de Albuquerque (um mestiço pernambucano, filho de português com uma índia, vindo de Pernambuco, o primeiro capitão-mor e o verdadeiro fundador e colonizador do Maranhão) expulsar os franceses invasores na famosa batalha de Guaxenduba⁵. A partir daí surge, de fato, a entrada de povoamento por via marítima partir do golfo maranhense, onde se localiza São Luís, ligada a estratégias militares para proteger o território.

Na planície litorânea, a Coroa Portuguesa fez uma primeira intervenção. Inseriu, em 1620, cerca de 840 casais de colonos açorianos (COUTINHO, 2004; MEIRELES, 1960), ao lado dos Fortes nos estuários dos rios do Golfo Maranhense - baía de São Marcos onde desemboca o rio Mearim e o rio Pindaré e baía de São José onde deságua os rios Itapecuru e Munim. A alta fertilidade dos vales dos rios, o solo plano, abundância de terras cultiváveis, ajudaram organizar uma economia natural a base de uma produção policultora (farinha de mandioca, aguardente, arroz, vegetais e etc), a pesca e criação de animais pequenos.

Com o passar do tempo, os colonos fugindo da economia natural, fabricavam pequenos barcos artesanais de magueiro levando seus produtos até o porto de São Luís trocando por

³ Ver Mamigonian (2005) trata da origem do comércio mundial.

⁴ Marx (2011) fala que a base da colonização, onde as relações de produção são mais primitivas, é a escravidão, pois os trabalhadores não têm o dom natural de expropriar-se a si mesmo.

⁵ Sobre Jerônimo de Albuquerque, guerra e fundação no Brasil colonial e a Batalha de Guaxenduba ver Lacroix (2011).

instrumentos de produção (ferramentas, sementes, utensílios domésticos, etc.). Os que acumularam primitivamente começaram a se fixar no vale do Itapecuru passando a utilizar mão-de-obra escrava dos índios Guajajaras e aproveitaram o fértil vale para produzir arroz.

Em cem anos, a ocupação do Maranhão se restringiu na porção norte, apesar da baixa densidade, a posição era estratégica, São Luís rodeada de fortificações e protegida, pela barreira natural, o canal do Boqueirão. No golfo maranhense, do lado direito, os colonos açorianos se fixaram no vale do rio Itapecuru. Do lado esquerdo, os jesuítas fixaram reduções (Tapuitapera, atual Alcântara) no vale do Mearim-Pindaré. Porém, havia precárias condições de transportes e comunicações que desestimulou o desenvolvimento do povoamento e da acumulação⁶. Segundo Coutinho (2004) tinha ano que não atracava nenhuma embarcação no porto de São Luís. E ainda sofreu invasão da maior potência mundial da época, os holandeses.

Podemos para efeito de melhor compreensão, afirmar que essa primeira fase de ocupação do norte do Maranhão foi caracterizada: externamente pela concorrência mercantilista, erosão de Portugal como potência mundial, invasões de monarquias feudais inimigas e por medidas para garantir o domínio útil sobre as terras da coroa portuguesa (fortes e edificações); internamente por ocupação nas áreas próximas a São Luís, no Golfo Maranhense e economicamente nas relações escrava do índio, economia natural dos colonos açorianos e falta de mão de obra⁷.

Porém, as consequências foram positivas: (a) os primeiros bois foram introduzidos, que durante o século XIX, serviria para abastecer as fazendas de algodão; (b) surgiram cinco freguesias que originaram as cidades de Pindaré-Mirim, Itapecuru-Mirim, Alcântara, etc.; (c) migrações de colonos açorianos para reduções dos jesuítas, onde viraram senhores de escravos, após a expulsão destes; (d) construção do caminho por terra para a Bahia (caminho real), que facilitaram as migrações de cearenses, paraibanos no povoamento de cidades como Caxias no vale médio do Itapecuru; (e) inseriram os primeiros negros vindos de Angola, que seria fundamental mão-de-obra no século XIX.

⁶ A divisão social do trabalho é, portanto, condição para o desenvolvimento, porque é condição para que a sociedade em seu conjunto aumente seu poder sobre a natureza, para obrigá-la a fornecer meios de satisfação das necessidades humanas, portanto, o desenvolvimento de um novo modo de produção, depende, medularmente, da divisão social do trabalho. Mas sem meios de transporte essa divisão é impossível, pois essa exige circulação de homens e mercadorias. Assim o processo de acumulação é lento e vagaroso. Ver mais em Rangel (2005a)

⁷ Aqui é inquestionável a relação interna não feudal, pois, não havia, ainda, monopólio da terra. Karl Marx (2011a) assinala que o trabalho é uma categoria universal abstrata e válida para todas as sociedades. Mas, o trabalho passa ser concretude como meio para riqueza em geral. Aparece como realidade na sociedade mais moderna com produto do desenvolvimento histórico, e nas sociedades primitivas como simples disposição natural. Existe uma abissal diferença entre “bárbaros com disposição para ser empregados em tudo e civilizados que empregam a si próprios em tudo” [...] “Os povos meramente caçadores e pescadores estão aquém do ponto onde começa o desenvolvimento efetivo”. [...] “Um selvagem arranca a pele aos animais para vestir-se. O civilizado satisfaz a mesma necessidade tecendo fibras que obtém pelo cultivo do solo, ou pela elaboração, em fábricas especiais, de fibras artificiais, partindo de outros produtos primários. O desenvolvimento econômico, em última análise, não afeta as coisas produzidas, mas o modo como são produzidas” (RANGEL, 2005a, p. 138).

Numa segunda fase, a Coroa Portuguesa fez outra intervenção na ocupação da área litorânea. Ocorreu na metade do XVIII, sob a liderança do Marquês de Pombal⁸, que: trocou a escravidão indígena pela negra; expulsou os jesuítas; criou a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (CGGPM) (MEIRELHES, 1960).

A CGGPM teve um papel significativo no desenvolvimento da ocupação do Maranhão continental. Passou a aplicar uma engenhosa política de preços, trouxe mestres agricultores da Europa e a fornecer créditos aos agricultores para comprarem escravos negros, instrumentos e ferramentas de produção, sementes de qualidade de algodão e arroz, mais tarde cana-de-açúcar. Assim, houve um espraiamento dessas culturas e conseqüentemente, o aumento do povoamento⁹ nos vales dos quatros grandes rios navegáveis genuinamente maranhenses:

➤ Rio Itapecuru: baixo leito - ocupados pelos colonos açorianos, onde se tornaram comerciantes, pela proximidade de São Luís, gerando entrepostos e as cidades comerciais de Itapecuru-Mirim, Rosário; Médio leito (mata dos cocais) - fixaram-se migrantes nordestinos, andando pelo caminho da Bahia, fugindo de longas estiagens. Uns se tornaram capatazes (cearenses e paraibanos) nas fazendas de algodão, outros se tornaram senhores de escravos (sobretudo pernambucanos) e surgiram as cidades de Aldeias Altas e Caxias (VIVEIROS, 1954).

➤ Rio Munim: fixação de escravos fugitivos (quilombos) e reduto de índios selvagens. Economia natural de policultura. Região de chapadas pequenas e mata fechada. Mais tarde surgiu a cidade de Cachoeira Grande.

➤ Rio Mearim – Pindaré: no médio vale as terras dos jesuítas ociosas foram ocupadas por colonos açorianos fugindo da economia natural e aproveitando os recursos existentes. Alguns viraram senhores de escravos do arroz e cana. Os capatazes dessas fazendas eram pernambucanos, pois, estavam treinados na cultura da cana-de-açúcar, que era mais difícil seu manejo e precisaria de mais atenção dos escravos. A relação era mais tensa e havia mais fuga, e conseqüentemente, surgiram vários quilombos e cidades (Cidade de Viana). Outros viraram comerciantes pois os rios facilitavam a navegação e comunicação com São Luís. Pindaré-Mirim dinamizou e virou uma cidade comercial e depois industrial. (VIVEIROS, 1954).

Em síntese as duas etapas de ocupação do norte do Maranhão tiveram fundamental ajuda da Coroa Portuguesa. Assim, gerou uma estrutura econômica e social com forças produtivas principalmente ligadas à agricultura (algodão, arroz e cana-de-açúcar), pautada na grande propriedade privada, com relações de produção apoiada na escravidão dos índios e dos negros

⁸ Ver mais informações sobre a ação econômica, social e política do Marquês de Pombal e o desenrolar das reformas administrativas e fiscais em Ribeiro Jr (1976).

⁹ Aqui povoamento no sentido de zona pioneira. Ver conceito e explicação em Waibel (1955).

africanos,¹⁰ firmando uma miscigenação de portugueses, índios e africanos.

A segunda entrada deriva da alta rentabilidade da produção da cana-de-açúcar, que levou essa cultura à uma especialização, e foi a causa essencial na expansão da pecuária nordestina, pois a carne e o couro eram complemento fundamentais na economia canavieira. A expansão pastoril no sertão nordestino passou por três espatas de fixação: na primeira, a partir da cana-de-açúcar, o gado era essencial na propriedade de escravos como alimento para mão-de-obra, como transporte a tração animal na circulação de pequenas e médias distancias e como força na moenda. Assim, “o curral é o quintal do engenho”. O gado e a lavoura ambos são de propriedade do senhor de engenho; na segunda, com o crescimento dos rebanhos gerou a incompatibilidade entre as duas culturas e a separação da propriedade agrícola e a propriedade pastoril. Entrementes, o gado ainda era de propriedade do senhor de engenho; por sua vez, a total diferenciação das duas culturas, a expansão geográfica do interior - da Bahia ao Maranhão – se tornou necessária, pois as trocas internas entres as áreas pastoris e áreas agrícolas e áreas mineradoras se intensificaram. A propriedade da terra se expandiu e gerou relações feudais de produção pela sua incompatibilidade nas relações escravistas¹¹.

No início do século XVIII, chegaram nos sertões do Maranhão, os primeiros vaqueiros baianos irradiados do vale do rio São Francisco que conseguiram romper a barreira natural do rio Parnaíba. Logo vendo a imensidão dos verdes pastos maranhenses, pois nunca avistados na caatinga nordestina, batizaram a região com o nome de pastos bons, e logo fundaram uma vila com mesmo nome, na chapada nordeste da serra do Itapecuru (CARDOSO, 1947).

Em uma marcha de velocidade lenta, avançaram pelas nascentes dos rios Mearim, Grajaú, e etc. onde surgiram freguesias, vilas e consequentemente cidades, como Riachão, Carolina, Grajaú, São Félix de Balsas. Logo, em 1810, alcançaram o rio Tocantins. As transações comerciais se intensificaram através das vias de acumulação Rio Grajaú e Rio Mearim até São Luís e consequentemente, aumentou a densidade populacional. Esse incremento comercial atrairia pessoas em busca de novas terras para a atividade pastoril e/ou para se esconder da

¹⁰ “Nas extensas áreas de climas equatorial e tropical e naquelas de climas frios e polares viviam populações indígenas pouco numerosas e nômades. Assim, diante da superabundância de terras e extrema escassez de trabalhadores, a produção comercial de gêneros tropicais (açúcar, etc), em pleno século XVI, só pode se concretizar com o uso de relações escravistas de trabalho, fazendo com que o monopólio do trabalhador (escavidão), mais do que o monopólio da terra, se tornasse o meio de produção fundamental naquelas circunstâncias, excluindo o trabalho assalariado, que seria caríssimo e por isso inviável” (MAMIGONIAN, 1998, p. 65).

¹¹ Manuel Correia de Andrade (1995) nos diz que, o gado era criado nas fazendas de cana, sendo utilizado na alimentação e também como força motriz nas atividades açucareiras. Com o passar do tempo, a criação desse gado tornou-se anti-econômica, pois, além de exigirem uma extensa área para pastagem, os animais se espriavam no meio o canavial comendo toda a plantação. Para a Metrópole interessava o aumento da exportação do açúcar, por isso o gado foi levado para o interior margeando o rio São Francisco. Em 1701, a Coroa lusitana proibiu a criação de gado a menos de 10 léguas do litoral, confirmado através da Carta Régia ver Cabral, (1992). A pecuária integrava os diversos centros econômicos brasileiros (áreas de algodão, açúcar e de minas) da época através do abastecimento de carne e couro, pois era a única atividade voltada para o mercado interno. Além do mais, um senhor de engenho falido sempre tinha a possibilidade de se tornar fazendeiro de gado, mantendo o *status quo* de latifundiário.

polícia ou de perseguições políticas. O único contratempo que tiveram, efemeramente, foram os índios que guerreavam bem e invadiam as fazendas e matavam o gado. Mas, 40 anos depois da entrada dos primeiros vaqueiros, os indígenas não faziam quaisquer resistências, e sim ajudavam aqueles com informações, guias e remeiros (CARVALHO, 1924).

Essas lentas e graduais ocupações geográficas do território sulino maranhense, além das condições edáficas e climáticas, tinham duas características essenciais: uma era o gado vacum que, Abreu (1982, p. 131-133) definiu:

o gado vacum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traqueamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstícios; fornecia alimentação constante, aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas o sal¹²; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros do sertão. [...] “Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessarem a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alfoge para levar comida, a mala para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas das faca, as bruacas e surrões, as roupas de entrar no mato, o banguês para cortume ou para apurar sal; para açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz,

Ou seja, o gado e os sertanejos são mais ou menos deixados à lei da natureza, e como meio de fixação do homem. O gado vacum, tornou-se um fator preponderante no povoamento do sertão, “graças às condições mínimas que exigia para seu trato” (dispensava a formação de custos fixo e custos correntes); a outra seria o sistema de remuneração e de arrendamento da terra.

A remuneração era feita sobre o regime de produção, a cada quatro crias uma era do dirigente do estabelecimento (em média 250 cabeças de gado/ano), o vaqueiro, e, só, em 5 anos recebia sua parte acumulada, ou seja, recebia uma boa quantidade de uma só vez, o que lhe dava condições de ser seu próprio patrão. E o sistema de arrendamento era facilitado pelos grandes proprietários, pois, a quantidade de terra disponível era imensa (ANDRADE, 1985; ABREU, 1982; PRADO JR, 2011). Castro (1980, p. 40-41) comenta essa combinação:

A combinação de propriedade inerentes à atividade criatória – a reprodução natural do “capital”, o crescimento extensivo por mera combinação animal + pasto + água – com a quase inexistência de custos monetários (correntes) garantiam à pecuária sólida posição diante das crises externas. Mas o setor não apenas podia “defender-se”, como era capaz de transformar-se, no intento de atingir novos mercados. Neste sentido, diversifica e valoriza com o tempo o produto levado ao mercado: de início, o couro, e, em menor medida, o gado a pé; a seguir a carne salgada e, posteriormente, além de novas formas de carne industrializada, vários subprodutos a até mesmo (em outra linha evolutiva) queijos e outros

¹² Sobre como os criadores adquiriam o sal, alimento indispensável para o gado ver Caio Prado Júnior (2011).

produtos de laticínios. Provinda de tantas defesas e dotada de tal versatilidade, a pecuária era, pois, relativamente invulnerável. O deslocamento espacial, o melhor aproveitamento do produto básico, e a permanente dilatação do mercado costeiro ofereciam-lhe perspectivas que, não obstante modestas, jamais se esgotavam. De sua lenta, embora permanente, dilatação, resultaria uma progressiva ocupação o *hiterland*. A pecuária seria, assim, o agente conformador de um primeiro esboço de sistema econômico-social, em amplas áreas do território nacional. A elas transmitiria o selo de sua presença: o predomínio do latifúndio, a dispersão e a rarefação da vida econômica, a precariedade dos meios de transportes e uma marcante tradição de auto-abastecimento.

Para simplificar, verificou-se que essa segunda entrada não obteve nenhum estímulo da Coroa, formou-se uma estrutura econômica e social apoiada em forças produtivas ligado a pecuária e relações de produção apoiada num conjunto de renda trabalho e renda produto.

Desse modo, as palavras de Rangel (2005b, p.658) o chamado "anfiteatro enfitêutico" se assemelha com gênese das duas formações socioespaciais no Maranhão.

Distava muito de ser homogêneo, visto que comportava elementos importantes de várias formações pré-feudais: desde a comunidade primitiva (dos índios, dos quilombolas negros) até a escravidão, para qual tendia todo o sistema, passando, como na história clássica, por formas transientes de teocracia [...] (dos jesuítas). [...] O período colonial comportaria a evolução e a convergência de todas as formas, para a escravidão desenvolvida ou greco-romana, como formação dominante do lado interno da formação dual. As outras formações - de patriarcalismo pré-escravista, da própria comunidade primitiva, da teocracia, também pre-escravista, e alguns prenúncios de feudalismo, no seio das fazendas de escravos e nalgumas regiões do imenso país - não comprometem o caráter escravista do sistema, visto pelo seu lado interno.

Por fim, a ocupação do Maranhão submete-se à influência de elementos naturais, político-culturais e econômicos, que contribuíram para gerar duas estruturas socioespaciais homogêneas quanto à fixação humana e uma diferenciação quanto à forma de produzir. Um imbricamento de vários modos de produzir com diversas relações de produção.

O DESENVOLVIMENTO DAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS MARANHENSES E A INTEGRAÇÃO PRECODE AO MERCADO

Na metade do século XVII, ocorre na Inglaterra a revolução puritana ou gloriosa e o consequente alavancamento do modo de produção capitalista (Leis de navegação, etc), as relações centro-periferia no interior do antigo sistema colonial foram sendo paulatinamente alteradas, com o crescente comando da produção manufatureira inglesa sobre o sistema colonial dos seus adversários europeus, nascendo assim o império inglês em detrimento das colônias da França, Holanda, Espanha, Portugal (suas colônias: Índia; Angola; Moçambique; Cabo Verde; Macau já em plena crise de oferta de produtos) e subordinando o capital comercial aos seus objetivos. (MAMIGONIAN, 2005).

Com isso, a Metrópole já experiente com as sucessivas invasões de outros países, implementou mudanças na economia do Maranhão, entre elas: (a) a liberdade dos índios, que

deviam contribuir para produção e incluí-los na sociedade como cidadãos; (b) criação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (CGGPM), em 1756, com objetivos de obter o monopólio das transações comerciais metrópole-colônia, desenvolver um grande mercado de mão de obra extraída da África (o tráfico negreiro), organizar a produção para ser exportadora, em larga escala, concentrada na agricultura do algodão e do arroz.

O Algodão teve destaque maior, pois, era o produto de maior valor na Europa dominado pelas revolucionárias indústrias têxteis inglesas¹³ na fase expansiva do primeiro Kondratiev (1790–1815). Isso tornaria o Maranhão junto com a faixa açucareira e a zona mineira as áreas mais dinâmicas do Brasil (FURTADO, 2007).

A CGGPM teve um papel dinamizador no desenvolvimento da economia do Maranhão. Assim, houve um espraiamento do algodão nos vales: Itapecuru; Munim; Mearim; Pindaré¹⁴. Surgiram várias cidades: rio Itapecuru (Itapecuru-Mirim e Caxias), no rio Munim (Cachoeira Grande), no rio Mearim (Vitória do Mearim), no rio Pindaré (Pindaré-Mirim, Viana). O *modus operandi* da grande lavoura do Maranhão colonial era baseado na grande propriedade, monocultura, trabalho escravo *labor intensive*, uma baixa produtividade, com modelo colado dos índios, a queimada (primitiva técnica)¹⁵.

Esta cultura representava 70% de toda exportação do Maranhão (VIVEIROS, 1992) e Caxias, no vale do Itapecuru, era responsável por mais da metade da produção (PRADO JR, 2011). Essa expansão no crescimento foi possível, pois, além do mencionado acima (grande demanda das indústrias têxteis inglesas), o algodão era de fácil manejo e seu beneficiamento era apenas a separação do caroço e o enfardamento. Além das condições climáticas, que era bastante propício pela regularidade das chuvas no estado, havia mão-de-obra negra em abundância.

O algodão tira o Maranhão do tênue dinamismo econômico e é integrado com o mercado. Mas, outro fato é transformador na sociedade maranhense: os escravos negros. O geógrafo Caio

¹³Embora conhecido imemorialmente, o papel do algodão nunca fora de destaque; em particular na Europa, onde nada havia que o avantajasse às fibras de produção local então utilizada para os mesmos fins que ele: o linho ou a lã. Os progressos técnicos do século XVIII permitirão o seu aproveitamento em medidas quase ilimitadas, e ele se tornará a principal matéria-prima industrial do momento, entrando para o comércio internacional em proporções que este desconhecia ainda em qualquer outro ramo. Arkwright constrói o seu fuso em 1769, no mesmo ano em que Watt obtém patente para máquina a vapor que tornaria possível o emprego dessa energia em larga escala. Em 1787, Cartwright inventa o tear mecânico” (PRADO JR, 2011, p. 136-137).

¹⁴Manuel Correia de Andrade (1995, p. 184) assinala que: “a expansão geográfica do povoamento criaria sérios problemas a essa economia voltada para mercado externo e que não dispunha de facilidade de escoamento da produção do interior para o litoral, de vez que os rios, apesar de caudalosos, tinham regime muito irregular, com grande queda do débito do inverno e leitos rapidamente assoreados, sobretudo após o desmatamento. Os solos oriundos da decomposição das rochas do terciário e muito silicosos, sujeito à ação dos agentes meteorológicos em um clima tropical muito quente e com estação chuvosa muito prolongada, logo se lixiviavam, forçando os agricultores a procurar sempre novas terras, terras virgens, mais produtivas”.

¹⁵Evidentemente que tanto no Brasil como no Maranhão a grande lavoura (algodão, açúcar, arroz) era fundamentalmente exportadora e era coração da economia da época. Agora, não se quer negar a agricultura de subsistência (milho, mandioca, aguardente, rapadura, feijão e etc.) ou seja, produtora de produtos destinados ao consumo interno. Caio Prado Júnior (2011) salienta que esta era uma subsidiária daquela. Na própria estrutura da grande lavoura são produzidos os alimentos para abastecer o próprio pessoal.

Prado Júnior afirma que o algodão trouxe os escravos negros para o Maranhão - "o algodão, apesar de branco, tornará preto o Maranhão" (PRADO JR, 2011, p. 156) - entretanto, o que gera valor não é a mercadoria e sim o trabalho. A frase correta seria: o escravo, apesar de pretos, deixou o Maranhão branco, e/ou com os escravos negros veio o algodão. Em 1783, houve a importação de 1.546 escravos (GAIOSO, 2011). No início do século XIX a média de escravos traficados era de 3.500 por ano (SPIX; MARTIUS, 1981). Segundo Lima (2006) a população total do estado, em 1822, era de 152.893 habitantes, sendo 77.914 escravos.

Assim como o algodão, o arroz já se produzia no Maranhão, o arroz vermelho era nutritivo, mas miúdo e quebradiço, isso não agradou o paladar europeu, que foi proibido sua produção na colônia. A CGGPM distribuiu sementes do arroz Carolina, originária da Carolina do Norte, para os agricultores e instalaram-se algumas fábricas de beneficiamento, que logo gerou uma pequena safra de 9,4 toneladas em 1766, de 42,7 toneladas em 1771 para exportação. Em 1770, um só lavrador, Lourenço de Castro Belfort, colheu 12.705 hectares, ficando quase toda a safra prejudicada por falta de transporte (LIMA, 2006).

No final do século XVIII, houve um salto na produção de arroz, em 1780, foram 5.400 toneladas. Em 1788, a produção foi de 4.701,5 toneladas. Há diminuição na alvorada da terceira década do século XIX, em 1819, o que significa, aproximadamente, 2.336,1 toneladas exportadas, que foi credenciada à falta de terras não-cansadas perto do porto de São Luís, das beiras dos rios, além do que, os transportes e comunicações internas eram precários e assim os produtores escolherem a produção mais lucrativa, o algodão (GAIOSO, 2006; VIVEIROS, 1954).

Porém, a relação era de subordinação dos produtores perante à CGGPM e depois ao capital comercial que surgia, pois, o excedente econômico nasceu da produção agrícola e acumulou-se nas mãos dos comerciantes, principalmente ingleses e portugueses (MEIRELES, 1960)

No sul do Maranhão a produção do gado, nos primeiros tempos, era transportada a pé para Bahia, pois era maior o consumo de carne em Salvador. O gado perdia muito peso devido as longas caminhadas. O primeiro contato entre o norte e o sul foi através da subida e descida do rio Parnaíba onde mandavam gado para Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Luís. Depois desse contato, o gado não ia mais por terra, onde os criadores ganhavam mais, pois não precisava ir caminhando (não perdia tanto peso), assim adquiriram mais lucros. Em 1770 surgem as primeiras charqueadas. Os comerciantes compravam o gado no sertão, transformavam grande parte em carne-seca e peles e as remetia para São Luís (abatiam-se 6.000 bois por ano, em 1800) e outros centros consumidores (ANDRADE, 1995; PRADO JR, 2011).

Se a carne do gado abastecia o mercado interno, seus derivados, desde a segunda metade do século XVIII, eram pautados à exportação junto a Metrópole, que se tornou uma atividade

segura e estável, como a exportação de couros (1\$200 cada). Em 1760 saíram do porto de São Luís 21.81 peles e em 1767 subiram para 31.625 e caíram para 11.460 em 1771 (LIMA, 2006; VIVEIROS, 1954). Essas duas entradas gerais no Maranhão geraram essas três riquezas (algodão, arroz e pecuária) que fizeram a ocupação por todo estado e a incorporação no mercado.

No final do século XVIII o comércio exterior do estado era quase totalmente voltado para exportações de matéria-prima. Assim em 1795, o valor das exportações chega a atingir 600% a mais que as importações (VIVEIROS, 1954). Os produtos das importações eram, em última instância, ferramentas artesanais e artigos luxo (vinho, azeite, roupas finas).

Fica evidente, no Norte, o movimento de superávites comerciais, logo o crescimento do consumo de produtos manufaturados da Europa. Era grande a concentração de renda nas mãos de uma ínfima parcela de comerciantes (ingleses e portugueses) e de grandes senhores de escravos. A economia do norte do Maranhão foi atraída para participar da divisão internacional do trabalho pelo centro dinâmico na fase A, de expansão, do primeiro ciclo longo de Kondratiev (1790-1815). No Sul houve uma queda no comércio devido a não expansão de transportes e a não incorporação de inovações técnicas, que fizeram com que os comerciantes, uma parte, não investissem nos seus empórios e não encararam aos riscos do mercado. E preferiram serem representantes (subalternos) das firmas mercantis portuguesas e inglesas que se limitavam a receber os artigos europeus e a enviar para o centro dinâmico a produção de matéria-prima (POMBO, 1953).

Com a Abertura dos Portos, no início do século XIX, o Maranhão estava, ao mesmo tempo, atrasado e dinâmico economicamente, pois,

era grande o contraste entre a área de criação de gado, que ocupou praticamente toda porção meridional e central do Piauí e o sul do Maranhão até Pastos Bons¹⁶, e a área produtora do arroz, algodão, açúcar, dominante, sobretudo no vale do Itapecuru (ANDRADE, 1995, p. 226),

sobretudo, São Luís onde surgiu uma burguesia ladeada de latifundiários escravistas e comerciantes *export-import*, fazendo o consumo de produtos de luxo europeus aumentarem abruptamente e os seus filhos eram educados na Europa.

Os laços comerciais da burguesia com a metrópole eram tão grandes que o norte do Maranhão ficou do lado da capital mercantil europeus nas guerras da independência. Não atoa o Maranhão foi o último a aderir. Entretanto, no sul, gerou descontentamentos das classes menos abastadas, pequenos proprietários (ex-vaqueiros), vaqueiros, agricultores, artífices, populares do

¹⁶ O crescimento interno desligado das solicitações do mercado acabaria por marginalizar as áreas pastoris. A extensa apropriação e a marginalização das áreas pastoris, a ausência do poder público, o ritmo do crescimento vegetativo do animal e etc. geraram uma rentabilidade relativamente baixa e reduzida expressão dos custos monetários. Ver mais incisivo em: Furtado, (2007).

interior, negros fugitivos e etc., que já lutaram a favor da independência,¹⁷ do republicanismo - República de Pastos Bons - e sem nenhum comando central provocaram uma revolta conhecida por Balaiada (lutas de classes na tentativa, fracassada, de mudança das relações internas de produção). Porém, essas lutas e tantas outras que ocorreram no país, saíram derrotadas e as elites fizeram a primeira "meia-revolução" brasileira - Abertura dos Portos – Independência, mudando as relações externas de produção. As internas ficaram para fase B do próximo ciclo.

A economia mundial sofria com a fase depressiva do primeiro Kondratiev (1815-1848) fez com que o Brasil e conseqüentemente o Maranhão se ajustar (Abertura dos Portos em 1808) aos impulsos vindos do centro dinâmico. Os comerciantes, com seu capital mercantil ligado a Inglaterra, assumiram o poder como sócio menor e com a tarefa de dinamizar a organização produtiva e os latifundiários escravistas eram o sócio maior, possuíam a hegemonia política na primeira dualidade básica da economia brasileira (RANGEL, 2005), uma classe empolgando a iniciativa do desenvolvimento das forças produtivas, enquanto a outra assume o timão político.

Em 1808, com a Abertura dos Portos, ocorre uma mudança estrutural na máquina mercantil brasileira, antes esse serviço público foi concedido a uma empresa da Metrópole portuguesa – Companhia de Comércio. Surge o capital industrial infante sob a liderança da Inglaterra, que se liga externamente com essa máquina de comercialização – capital mercantil brasileiro, onde forma o polo externo da primeira dualidade da economia brasileira (RANGEL, 2005). No Maranhão, a burguesia comercial nascente não acompanhou esse avanço nas relações externas de produção da estrutura econômica brasileira e se manteve no lado atrasado.

AS DUAS FORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS REGIONAIS NA ESTEIRA DA REVOLUÇÃO DE 1930

Entre os anos de 1930 e 1980 nossa produção industrial cresceu cerca de vinte setes vezes, maior do que qualquer país capitalista do centro dinâmico da economia mundial. Exemplo disso foi que no período de 1955 a 1980, a produção de eletricidade cresceu 13,6 vezes, enquanto a média mundial era 7,5 vezes. A produção de aço no Brasil cresceu nesse mesmo período 13,1 vezes e no mundo, apenas 3,2 vezes. A produção de cimento alargou-se 9,2 vezes e a mundial 4,6. Se compararmos o nosso PIB com os países o de centro dinâmico mundial no mesmo período, observamos que ele cresceu 6,2 vezes e na média mundial 3,1 vezes. Além disso, chegou à época, no Brasil, da agricultura moderna e científica (RANGEL, 2005a).

Na verdade, Mamigonian (2005), diz que o Brasil cresce para dentro nas fases depressivas da economia mundial e cresce para fora nas fases de expansivas, aproveitando a contração ou a expansão da divisão internacional do trabalho. Da nova composição das técnicas, avanços

¹⁷ Ver Dobb, (1977). Segundo o autor é sempre complexa e naturalmente tencionada as relações entre poder real, nobreza e burguesia comercial.

intensivos da química e das biotecnologias. Mas, a sociedade maranhense tradicional, como existia no século XIX, não possuía condições internas para se auto-superar e consolidar o crescimento industrial.

No início século XX o Maranhão passou pelo período “de ouro” em sua economia. Mesmo com um não raro isolamento com o restante do país, vivia intensamente o comércio com a coroa ibérica. “Pensava mais com a cabeça de Coimbra e de Paris, do que do Rio de Janeiro. Não por acaso, era a Atenas Brasileira” (RANGEL, 2008, p 56). Nas finais décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, o Maranhão foi um dos estados mais dinâmicos do Brasil. Forjou-se um parque industrial têxtil¹⁸ de maior estatura, que segundo Ignácio Rangel, (2008, p.58) viu-se

um desenvolvimento singular da indústria da transformação, especialmente em São Luís. Com 16 fábricas, o Maranhão era o segundo parque industrial brasileiro, aí por 1895. Seguindo-se a Minas Gerais, com 37 fábricas e acima da capital Federal e ao Estado do Rio de Janeiro, da Bahia e de São Paulo que, nessa ordem tinham 15, 14, 12 e 10 fábricas, somente. Além das fábricas de fiação e tecelagem, inclusive de lã, meias e cânhamo, tínhamos tido até fábricas de fósforos e pregos, raros no Brasil de então.

Logicamente, essa “euforia” econômica se localizou porção norte, era a época do baldrame do departamento I de nossa economia nacional. O Brasil passou por uma revolução burguesa (revolução de 1930 liderado pelo estancieiro feudal Getúlio Vargas) nos marcos da terceira dualidade básica da economia brasileira e da fase B do terceiro Kondratiev, o país sai decididamente dos porões arcaicos do feudalismo e entra definitivamente na luz do capitalismo.

Mas, no Maranhão, devido à grande existência de terra livre, a maioria da população preferiu a exercer atividades, por conta própria, de produção de matéria-prima (babaçu e arroz), embora a produção de algodão não desapareça por completo da pauta econômica do estado, tem-se aí, o retorno de uma economia agrícola no estado. Esses fatores tornam-se preponderantes para incapacitação e ociosidade dessas indústrias têxteis. As migrações de nordestinos orientais deram o golpe de misericórdia no parque industrial do Maranhão. Os caminhões que vinham buscar o arroz nos vales férteis dos rios Mearim, Grajaú e Balsas, também traziam, além de nordestinos fugidos das secas, produtos industrializados do sul e do nordeste oriental (RANGEL, 2008).

Por isso, entres outras determinações, que esse parque industrial instalado no estado não se modernizou, e nas palavras de Ignácio Rangel (2008, p. 58) “quebrou-se como a panela de barro em choque com a panela de ferro da fábula ao entrar em competição aberta com a nóvel indústria sulista e, inclusive, com a indústria do Nordeste oriental”, pois, a indústria sulista

¹⁸ Entre inúmeras fontes há posições diversas sobre a origem e formação de capital do setor industrial têxtil maranhense. Uns afirmam que foi a burguesia comercial que transferiu capital para o setor. Outros dizem que o capital investido está associado às condições favoráveis à expansão dessa indústria no país. Já Jerônimo de Viveiros (1954) categoricamente, prova que a formação do capital têxtil está ligado diretamente com a Abolição-República e das atividades produtivas agrícolas.

oligopolizava vários setores industriais e acabaram bloqueando o desenvolvimento e a concorrência do Nordeste e do Maranhão, como explica Mamigonian (2005, p. 51):

Belém do Pará e São Luís do Maranhão, passando por Recife e Salvador, até Florianópolis e Rio Grande, portos ativos antes de 1930, foram envolvidos pela crise mundial e pelas reestruturações regionais e por isto entraram em processo de estagnação econômica, enquanto as hinterlândias destes portos cresciam pelos vínculos diretos com São Paulo, pela via rodoviária em crescente expansão. As indústrias oligopólicas do binômio porto-hinterlândia, protegidas por décadas de isolamento, não suportaram as pressões das indústrias concorrenciais de São Paulo, sobretudo e foram fechando suas portas, como as indústrias têxteis de São Luís até Rio Grande”.

Esta estagnação econômica ocorreu em áreas, sobretudo em São Luís e nos vales dos rios Mearim-Pindaré e Itapecuru - por outro lado, ocorria concomitantemente a expansão nas cidades da porção sul – Imperatriz, Carolina, Balsas, etc. - principalmente com a derrubada das “fronteiras” interestaduais, com a supressão dos impostos entre os estados da federação e a crescente rodoviarização. Segundo Keller, (1975, p. 672)

a construção da rodovia Belém-Brasília durante o governo do presidente Juscelino Kubistschek, ligando o Tocantins Maranhense e o Norte de Goiás ao sudeste industrializado e à cidade de Belém, o grande agente transformador da região. O afluxo de imigrantes nordestinos intensificou-se extraordinariamente com a ocupação sistemática da floresta amazônica, multiplicando-se os povoados e crescendo a produção de arroz. Ao mesmo tempo começam a chegar pecuaristas vindos do sul da Bahia e nordeste de Minas Gerais, interessados pela existência de terras devolutas de mata, susceptíveis de serem transformadas em pastos artificiais; a construção da Belém-Brasília tornaria possível o escoamento da produção para o mercado de Belém. Não só na zona rural o povoamento se adensa, mas a cidade de Imperatriz sofre uma transformação acelerada: sua população aumenta, novas ruas são abertas em direção à rodovia que inicialmente ficava a 3 km do núcleo urbano, que logo a alcança. A cidade de Imperatriz que, em 1950 tinha 1.630 habitantes, em 1960 (2 anos após a Belém-Brasília atingir a cidade) contava com 8.987 habitantes e pelo Recenseamento de 1970 a população da cidade atingia 34.709 habitantes.

O sul do Maranhão tinha duas cidades incluídas nas dez principais do estado. Imperatriz era (e continua sendo) a maior cidade do sul. Esse período surgiram as primeiras sondagens e prospecção de petróleo em Balsas pela Petrobras (COELHO NETTO, 1979) e oportunidades de emprego e renda com a construção da Barragem de Boa Esperança às margens do rio Parnaíba.

Com o plano de metas de Juscelino Kubistschek, observa-se um aumento na renda per capita maranhense, por exemplo a renda per capita brasileira, equivalente a 100, o Maranhão passou de 28,7 em 1955, e alcançou 34,1 em 1960. E a renda regional de 0,94 em 1955, para 1,20 de 1960 (RANGEL, 1968). Nesse período, começava a se acelerar no Maranhão e em todo nordeste a mudança da agricultura familiar de subsistência, de baixa produtividade, para uma agricultura especializada, inserida no mercado e sujeita a melhorias técnicas crescentes. Em São Luís surgiram, nos prédios das indústrias têxteis abandonados, instalações de beneficiamento de óleo de babaçu, destinado às indústrias de sabão e sabonete do Rio de Janeiro e São Paulo

(Gessy). Foram se desenvolvendo no sul do Maranhão uma agricultura tecnificada e com a migração de sulistas, voltada às exportações e, também, ao mercado interno. Em Alcântara, próximo de São Luís foi construída uma base militar com um centro moderno de lançamentos satélites e foguetes.

Na final dos anos 1970, foi criada a cidade de Açailândia (terceiro PIB do estado atualmente) beneficiada com usinas de ferro gusa (investimento inicial da ordem de US\$ 1 bilhão) e com os traçados das estradas federais 222 e 010, além da Estrada de Ferro Carajás que a tornou super atrativa. Além de investimentos de capitais na formação de pessoal – UFMA, UEMA, etc.

Com início da fase B do quarto Kondratiev (1973), a economia mundial entra numa forte estagnação, taxa de lucros decrescente, um excesso de capacidade e superprodução. Com isso, emergiu alguns ajustes estruturais que se caracterizou por inúmeras combinações, entre elas: (a) expansão dos fluxos internacionais, (b) implementação do neoliberalismo em várias partes do mundo, (c) adiamento do processo da “destruição criadora”, (d) altas taxas de juros e financeirização mundial, (e) intensa oligopolização da economia através de investimentos estrangeiros diretos, sob forma de fusões e aquisições (ESPÍNDOLA, 2002). Essas, novas formas de acumulação e suas as novas estratégias desenvolvimentistas, aprofundaram o processo de internacionalização do capital, para buscar lucros em todas as partes do mundo, sob a hegemonia do capital financeiro.

Em São Luís foi construído pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), no tempo da ditadura militar, o porto de Itaqui, por onde escoam o minério de ferro de Carajás e também foi instalado o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar) – composto pela Alcoa (EUA), Alcan (CAN), Shell (ING) - usina exportadora de alumínio, com investimento inicial de US\$ 1,5 bilhão, com capacidade produtiva de 2 milhões de toneladas/ano de alumina e 400 mil de alumínio. Recentemente, só a Alcoa, investiu R\$ 5,2 bilhões na expansão da capacidade produtiva de alumina que elevará a produção para 3,5 milhões de toneladas/ano. Essa mesma empresa, ainda, investiu 25% dos R\$ 3,6 bilhões na usina hidrelétrica de Estreito no sul do Maranhão (SANTOS 2010).

Além do mais, no sul do estado, sobretudo, a partir de 1990, forjou-se uma importante cadeia produtiva da soja que atrai muitos investimentos, tanto nas atividades pré-porteira como nas atividades pós-porteira, ou seja, infraestruturas, ampliação da capacidade de armazenamento e escoamento de grãos pelo porto de Itaqui, em São Luís. Por exemplo, a Agrenco investiu US\$ 150 milhões em um complexo no sul do Maranhão, para armazenamento e esmagamento de soja e produção de biodiesel e etanol, utilizando grãos produzidos no Maranhão, Tocantins, Piauí e norte do Mato Grosso. Desse total, US\$ 10 milhões, só em silos para armazenar soja em Balsas. A ABC Inco, do Grupo Algar, a investir R\$ 220 milhões em um complexo industrial em Porto

Franco, no sul do Maranhão, com capacidade para processar 650 mil toneladas de soja por ano, que começou a operar em 2007 (VALOR, 2007). Além disso, foram investidos, pelo consórcio Nova Agri (empresa da P2), CGG Trading, Glencore e Consórcio Crescimento (joint venture da Amaggi e Louis Dreyfus), R\$ 600 milhões na construção do Terminal de Grãos do Maranhão (Tegram), com capacidade estática de 500 mil toneladas que atenderá a demanda da produção de soja do Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia e norte do Mato Grosso. Na cidade de Grajaú, sudoeste do estado, foi descoberto recentemente grandes reservas de gipsitas aflorantes e vai se consolidado como segundo polo gesseiro do país.

Para complementar, um dos determinantes sobre esse processo de atraso e dinamismo nas duas formações socioespaciais do Maranhão foi a intensificação dos fluxos de migração intra-estaduais, em forma de recursos transferidos de mão-de-obra para fora do estado, ao mesmo tempo em que houve uma grande leva de nordestinos fugindo das secas e se fixando no estado. Isso sem dúvida foi importante para a economia do Maranhão como a nacional, pois com uma série de elementos quebrou-se o isolamento de verdadeiras ilhas regionais, tornando uma economia única, que proporciona o deslocamento de fluxo de pessoas de áreas de relativa decadência para áreas que estão se beneficiando do desenvolvimento do país (RANGEL, 2005).

Por fim, discordando da maioria do *mainstream*, não houve involução econômica do estado a partir das primeiras décadas do século XX. Na esteira da revolução de 1930, o estado e o nordeste como um todo, em alguns setores se retraíram como demonstrado acima e em outros ocorreu, paralelamente, uma expansão substantiva de importações, movimento de colonização de áreas novas, principalmente em áreas urbanas. As duas formações socioespaciais do Maranhão se comportaram em diferentes momentos, ora atrasada, ora dinâmica.

SÍNTESES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ente síntese geral, o processo de ocupação e colonização do Maranhão deu-se na esteira das grandes navegações formando as bases do comércio mundial e na relação centro-periferia. Há uma diferenciação regional no Maranhão, provocada historicamente por múltiplas determinações (tipo de povoamento e suas culturas, as condições naturais, econômicas, políticas e etc.), que somente com o estudo evolutivo das duas formações socioespaciais, poderemos compreender os processos e as diversas especializações produtivas, pois essas determinações históricas, ainda estão fixadas nas das relações de produção e nas forças produtivas.

Na fase inicial da ocupação do Maranhão, no norte fez-se uma economia natural por açorianos implantados pela Coroa Portuguesa e o escravismo dos indígenas, onde surgiram unidades produtivas em áreas próximas de São Luís e nos vale dos rios Mearim-Pindaré, Itapecuru-Munim. No sul houve uma ocupação caracterizada por relações feudais e uma pecuária

extensiva que de fazenda em fazenda foi ocupando todo sertão maranhense.

Com a proibição da escravidão dos índios, os negros foram utilizados como mão-de-obra escrava na produção do algodão e do arroz, que eram exportados para portos europeus. No sul a pecuária bovina abastecia os centros consumidores internos e seus derivados eram exportados pelo porto de São Luís, com isso houve uma precoce incorporação no mercado. Entretanto, o norte do Maranhão era dinâmico e sul atrasado.

Na carona da Revolução de 1930, com políticas econômicas e técnicas modernizantes o complexo rural se abriu e as atividades começaram a ser produzidas por setores especializados. Na formação socioespacial norte há um acentuado declínio das indústrias têxteis. Na formação socioespacial sul surgem prospecção de petróleo e a construção da barragem de Boa esperança. Nesta fase o sul era dinâmico e o norte atrasado.

A partir de 1970 os migrantes sulinos subiram as chapadas do cerrado atrás de terra barata e de incentivos e começaram a agricultura moderna do arroz e depois da soja. No Norte há vários investimentos (CVRD e Alumar). Na década de 1990, com a liberalização da economia, instalaram-se na região de Balsas uma significativa cadeia produtiva de soja, que atraiu investimentos pesados em infraestruturas de transporte, escoamento até o porto do Itaqui em São Luís. A ocupação e o desenvolvimento das duas formações socioespaciais do Maranhão está diretamente relacionado com os processos de industrialização e urbanização do Brasil, do Maranhão e, sempre, em relação com os movimentos da economia mundial.

Por derradeiro, discordamos da maioria do *mainstream* intelectual sobre o desenvolvimento econômico do Maranhão, sendo influenciada pelas teorias do CEPAL e da dependência (FHC e Faletto) que pregam a combinação de atraso e estagnação, quando a realidade sempre se mostrou de atraso e dinamismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial e Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Brasília, editora UNB, 1982.

AMARAL, J. R. **O Maranhão histórico**. São Luís, Intituto Géia. 2003.

ANDRADE, Manuel C. **Nordeste. Espaço e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CARDOSO, Clodoaldo. **Pastos Bons**. Rio de Janeiro: IBGE, 1947. (Série Municípios Maranhenses).

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**. Rio de Janeiro: Obras Científicas e Literárias, 1924.

- CASTRO, Antônio Barros de. **7 ensaios sobre a economia brasileira**. Vol 2. 3 ed. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1980.
- CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos. In. **Boletim geográfico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 179, p. 139-145, 1964.
- COELHO NETTO, E. **História do Sul do Maranhão**. São Luís. Editora São Vicente, 1979.
- COUTINHO, M. **A revolta de Bequimão**. São Luís. Instituto Géia, 2004.
- DOBB, M. Do feudalismo para o capitalismo, in: **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ESPÍNDOLA, C.J. **As agroindústrias de carne do sul do Brasil**. Tese (doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAIOSO, Raimundo José de S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. São Luís: Instituto Géia, 2011. [1818].
- LACROIX, M. L. **O mito da fundação francesa de São Luís**. 2002.
- LÊNIN, Vladimir. **Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Editora Abril. Rio de Janeiro, 1982.
- LIMA, Carlos. **História do Maranhão**. São Luís, Instituto Géia. 2006.
- KELLER, Francisca I. V. O homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito. In: **Revista de História**. v. 51, n. 102, p. 665-709, 1975.
- MAMIGONIAN, Armen. **Estudos de geografia econômica e história do pensamento geográfico**. Tese (tese de Livre docência). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- _____. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. In: **Revista Brasileira de Geografia**. v.27, n.3, p.387-481. Rio de Janeiro, jul./set., 1965.
- _____. As conquistas marítimas portuguesas e a incorporação do litoral de Santa Catarina . In: ANDRADE, Manuel Correia et al. (orgs.).**O mundo que o português criou**. Recife: CNPq/Fjn, 1998.
- _____. O Nordeste e o Sudeste na divisão regional do Brasil. In: **Geografia Econômica**. Florianópolis, p. 49-70, 2009.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política**. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. L. 1, v. 3. 2011a.
- MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da**

economia política. São Paulo, Boitempo, 2011b.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão.** 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. [1960].

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** Cia das Letras, São Paulo, 2011.

POMBO, Rocha. **História do Brasil.** 5v. Rio de Janeiro. W. M. Jackson, 1953.

RANGEL, Ignácio. **Obras reunidas.** v.1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

_____. **Obras reunidas.** v. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

_____. **Características e perspectivas da integração das economias regionais.** Rio de Janeiro, BNDES, 1968.

_____. **A singularidade do pensamento de Ignácio Rangel.** São Luís: IMESC, 2008.

RIBEIRO JR, José. **Colonização e monopólio no nordeste brasileiro.** São Paulo: Hucitec, 1976.

SANTOS, P. **Discursos da mídia sobre a implantação da Alcoa Mineração S.A. em São Luís, Maranhão.** Tese (Tese Doutorado). Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Universidade Federal do Pará, Belém: 2010.

SANTOS, Milton. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 54, p.81-99, jun. 1977.

SPIX, J. B.; MARTIUS, C. F. **Viagem pelo norte do Brasil – 1817–1820.** São Paulo: Edusp, 1981.

TROTSKY, León. **História da revolução russa.** 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VALOR, Econômico. O avanço da soja motiva projetos em MA, PI e To. **Revista Avicultura Industrial.** São Paulo, 6 mar. 2007. Disponível em: <http://www.aviculturabrasileira.com.br/noticia/avanco-da-soja-motiva-projetos-em-ma-pi-e-to/20070306084607_25532>. Acesso em 19 jul. 2014.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1º v. 1992. [1954].

WAIBEL, Leo. **As zonas pioneiras do Brasil.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano XVII, n. 4, p. 389-422, out./dez. 1955.

